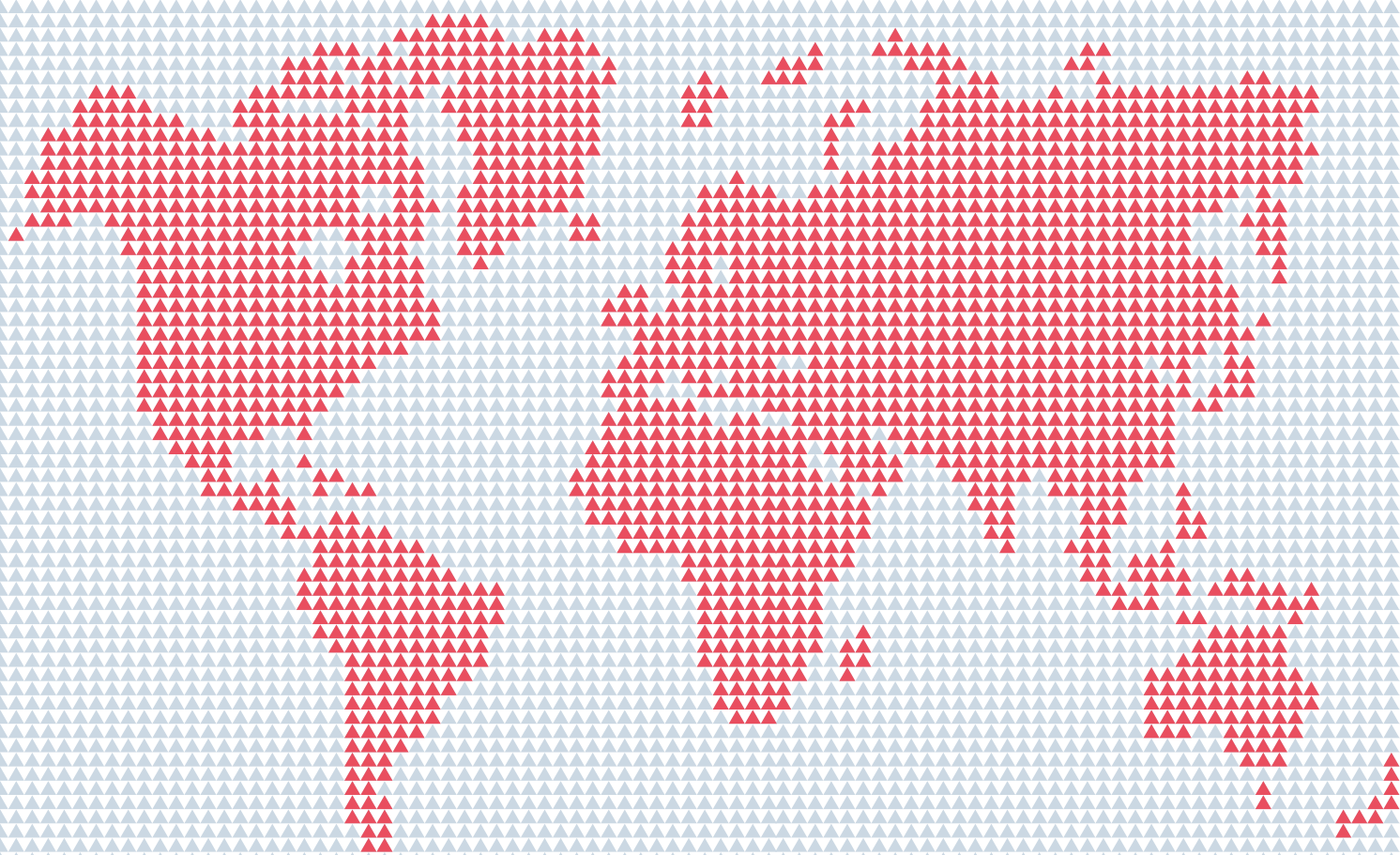




Organização
Internacional
do Trabalho

COVID-19 e a Recuperação: o papel dos sindicatos na construção de um futuro melhor



Sumário Executivo

International Journal of Labour Research

2021 / Volume 10 / número 1-2

COVID-19 e a Recuperação: o papel dos sindicatos na construção de um futuro melhor

Sumário Executivo

Para cada artigo deste número do *International Journal of Labour Research*, é apresentado um breve resumo, seguido de resultados-chave e de assuntos de especial interesse para os sindicatos.



Dinâmica sindical no âmbito da COVID-19: o diálogo social importa?

Owidhi George Otieno, Dickson Onyango Wandeda, e Mohammed Mwamadzingo

Introdução

Este artigo utiliza uma abordagem econométrica utilizando dados sobre o estado dos sindicatos no âmbito da COVID-19 para explicar os contributos do diálogo social para o aumento e reforço da filiação sindical durante a pandemia. O resultado econométrico demonstrou que o diálogo social tem um impacto significativo e positivo na filiação sindical. Neste sentido, recomenda que, para aumentar o número de filiados, os sindicatos necessitam de responder à pandemia utilizando todos os instrumentos de diálogo social à sua disposição, através de todos os níveis de comunicação.

Principais conclusões

- ▶ Para os sindicatos de todos os países inquiridos, o diálogo social utilizado como meio de consenso entre trabalhadores e empregadores contribuiu para um aumento global de cerca de 26% da adesão. Entre estes sindicatos:
 - 82% registaram alterações no número de filiados em contexto COVID-19.
 - 83% adotaram o diálogo social como resposta à pandemia, com cerca de 89% envolvidos em consultas tripartidas.
 - 100% comunicaram que os seus respetivos países adotaram medidas de confinamento e restrições para conter a pandemia.
 - 85% empreenderam várias medidas de capacitação durante a COVID-19.
 - 76% verificaram um declínio nas suas outras fontes de rendimento.
 - 75% ofereceram serviços de aconselhamento sobre questões de trabalho aos seus membros em resposta à pandemia.
 - Quase 58% relataram ter recebido apoio quer da OIT quer de outras agências internacionais para os ajudar a mitigar os efeitos negativos da pandemia.
 - Cerca de 56% reportaram a existência de fundos inadequados no âmbito da COVID-19.
 - 76% conduziram reuniões virtuais durante a pandemia.
 - 65% envolveram os seus membros através da educação virtual.
- ▶ Uma alteração nas quotas de filiação tem um efeito negativo estatisticamente significativo (diminuição de 1,3%) na filiação sindical.
- ▶ Os registos e recrutamento de membros através dos meios de comunicação social influenciam positivamente a filiação sindical (probabilidade de 51% de aumento se os sindicatos estiverem envolvidos no registo de membros durante a COVID-19).

- ▶ Em geral, o acesso limitado à Internet, a incapacidade de organizar os seus membros e a incapacidade de realizar reuniões têm efeitos negativos, mas insignificantes, sobre a filiação.
- ▶ Serviços adicionais prestados aos membros durante a COVID-19, serviços de aconselhamento e educação virtual têm efeitos positivos mas não significativos sobre a filiação.

O papel dos sindicatos

- ▶ As organizações de trabalhadores precisam de se envolver em mecanismos fortes, influentes e inclusivos de diálogo social através do reforço das capacidades das instituições e de processos de relações laborais para um diálogo social eficaz.
 - da influência junto dos governos para que estimulem as suas economias, aproveitando as potencialidades do progresso tecnológico e do crescimento da produtividade, com o objetivo de criar oportunidades de trabalho dignas.
 - do trabalho junto de governos e parceiros para o desenvolvimento para que apoiem empresas, empregos e rendimentos sustentáveis através do desenvolvimento de políticas de proteção social sustentáveis e de serviços de emprego capazes de resistir a choques.
 - proteção dos trabalhadores através do desenvolvimento e aproveitamento de políticas para a promoção de todos os direitos e liberdades fundamentais do trabalho, nomeadamente para jovens, mulheres, trabalhadoras e trabalhadores com deficiência, migrantes, da economia *gig* (trabalho à peça) e da economia informal, bem como para outras novas e emergentes formas de trabalho novas e emergentes; e
 - da adoção de políticas para a proteção do ambiente e no quadro das alterações climáticas e da transição justa, e que incluam a participação dos sindicatos no sistema multilateral.

Direitos dos trabalhadores e direitos humanos: resolução de tensões históricas através de uma agenda de segurança social multifacetada

Shea McClanahan e Alexandra Barrantes

Introdução

A COVID-19 desafiou todos os atores envolvidos no sistema de proteção social a (re) considerarem os seus papéis e responsabilidades num mundo pós-COVID. A política de proteção social e a infraestrutura institucional em vigor antes de uma crise são fator determinante da capacidade de um sistema em oferecer medidas de mitigação e correção

significativas. Tradicionalmente, a segurança social no Sul Global tem sido dividida: seguro social e assistência social (esquemas pequenos, financiados por impostos e tipicamente testados em termos de recursos) têm sido caracterizados como sistemas que se excluem mutuamente. A crise deixou claro que um sistema de proteção social mais universal e inclusivo se encontra muito melhor preparado para fazer face aos choques.

Principais conclusões

- ▶ O seguro social e a assistência social foram apresentados como opções que se excluem mutuamente, o que constitui uma escolha falsa. O desenvolvimento de ambos os instrumentos pode e deve ser colocado sob o mesmo quadro político estratégico, evitando a prestação fragmentada de proteção social.
- ▶ As redes de segurança “de último recurso” são mais complexas e dispendiosas de gerir do que os direitos individuais garantidos pelo direito à segurança social e a um nível de vida adequado; estes últimos contribuem para sistemas de proteção social mais inclusivos, melhor governados e verdadeiramente centrados nos direitos.
- ▶ A construção de sistemas integrados e multiníveis pode harmonizar os objetivos da chamada extensão “horizontal” (estender os direitos a indivíduos e grupos recentemente cobertos) com a extensão “vertical” (melhorar a abrangência ou adequação dos direitos) de uma forma que permita uma cobertura universal *por conceção*. Os sistemas de segurança social a vários níveis ajudam a resolver a tensão histórica entre os direitos humanos e os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores através de uma clara estrutura de incentivos assente em garantias básicas universais.

O papel dos sindicatos

- ▶ Os sindicatos já tinham iniciado a expansão dos seus serviços antes da COVID-19 para prestar apoio aos que trabalham na economia informal. Um quadro de segurança social de ciclo de vida e de vários níveis pode ajudá-los a estruturar a sua compreensão dos papéis e responsabilidades face ao sistema nacional de proteção social em geral, permitindo-lhes visualizar a forma como os seus próprios direitos se enquadram num quadro global centrado nos direitos.
- ▶ Caminhando para esta visão, as organizações de trabalhadores podem perseguir três eixos de ação potenciais:
 - Evitar o lobby contra a expansão a grupos não cobertos: é imperativo que os sindicatos evitem a oposição direta a reformas que introduzam prestações não contributivas aos que têm pouca ou nenhuma capacidade contributiva.
 - Investir na sensibilização para os princípios centrados nos direitos incorporados em sistemas inclusivos de segurança social.
 - Empenhar-se proactivamente na prossecução coletiva de interesses comuns, dentro de um quadro de ciclo de vida.

Lesões e doenças profissionais e a COVID-19

Jukka Takala, Sergio Iavicoli, Seong-Kyu Kang, Claudina Nogueira, Diana Gagliardi, e Jorma Rantanen

Introdução

Poucos trabalhadores não foram afetados pela COVID-19. A todos os níveis e em todos os setores, as organizações desenvolveram políticas, atualizações legislativas, orientações técnicas, materiais de formação, declarações oficiais, instrumentos de avaliação de risco, procedimentos operacionais normalizados, quadros de ação e diretrizes de regresso ao trabalho, para ajudar os trabalhadores e as suas famílias a lidar com a pandemia. Foram atribuídas responsabilidades e cargas de trabalho adicionais aos profissionais de saúde e aos profissionais de medicina e saúde ocupacional a quem incumbe assegurar o regresso seguro dos trabalhadores aos seus locais de trabalho e meios de subsistência, à medida que a economia global recomeça a reabrir. Este artigo baseia-se em dados de várias fontes fidedignas e nas experiências da COVID-19 em Itália, República da Coreia e África do Sul para apresentar as lições aprendidas e sugerir ações futuras para as instituições globais e regionais e para as organizações de trabalhadores.

Principais conclusões

- ▶ Os locais de trabalho são arenas importantes para a deteção precoce de riscos epidémicos e para ações precoces em matéria de prevenção e gestão primária.
- ▶ Globalmente, os 1,7 mil milhões de pessoas que exercem a sua profissão no setor dos serviços são consideradas como populações de risco, uma vez que se podem tornar vetores de infeção para outros.
- ▶ Cerca de 14 por cento dos casos de COVID-19 notificados à OMS estão entre os trabalhadores da saúde (em alguns países até 35 por cento). No entanto, diversos grupos profissionais são reconhecidos como estando em risco e não apenas as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde.
- ▶ Antes da COVID-19, dos 2,4 milhões de mortes causadas por doenças profissionais, as doenças infecciosas representavam 9%. Em 2020, foram estimadas 15,99 milhões de infeções não fatais relacionadas com o trabalho, sendo, no entanto, provável que o número final seja superior.
- ▶ Os custos diretos incluem os custos para as partes interessadas, as vítimas, os empregadores e a sociedade, bem como as perdas de produção. Os custos em termos monetários podem ser calculados, mas não cobrem os custos indiretos ou intangíveis. O valor social da vida e da saúde no trabalho e fora dele só pode ser parcialmente medido.

- ▶ Uma das principais preocupações de muitos(as) trabalhadores(as) é o medo da perda de emprego ou de rendimentos; os(as) trabalhadores(as) com um nível socioeconómico mais baixo têm um menor acesso aos EPI, menos opções para trabalhar a partir de casa e encontram-se num risco mais elevado de perderem os seus empregos.
- ▶ A COVID-19 é vivenciada de forma desigual, com taxas mais elevadas de infeção e mortalidade entre as comunidades mais desfavorecidas: não é socialmente neutra.
- ▶ A prevalência e gravidade da pandemia é ampliada pelas doenças crónicas pré-existentes - elas próprias associadas a determinantes sociais da saúde, tais como habitação, condições de trabalho e acesso a cuidados de saúde de qualidade.
- ▶ As lições da pandemia têm enfatizado a necessidade de melhor previsão e preparação, incluindo investigação, recursos humanos, preparação hospitalar e material e atualização dos regulamentos para a gestão de crises. A pandemia sublinhou a necessidade de uma estreita colaboração transdisciplinar e multidisciplinar entre vários profissionais para informar melhor a tomada de decisões por parte das organizações.
- ▶ Se forem mal controladas, as infeções emergentes têm o potencial de causar epidemias e pandemias com um elevado impacto socioeconómico e continuarão a ser verdadeiras ameaças para o mundo. Temos de permanecer vigilantes para estarmos prontos e capazes de responder eficazmente.

O papel dos sindicatos

- ▶ Inspetores habilitados devem ter o direito de entrar nos locais de trabalho para identificação de riscos o mais rapidamente possível.
- ▶ Devem ser iniciadas ações pormenorizadas e práticas para identificar prioridades para os riscos conexos e a sua prevenção, bem como para planificar e executar as atividades de forma colaborativa.
- ▶ Deverá ser dada especial atenção à preparação para novos perigos potenciais, incluindo novas pandemias globais e possíveis riscos profissionais decorrentes das novas tecnologias e das alterações climáticas, entre outros.

Rumo a uma transição justa para todos: lições da pandemia

Dimitris Stevis, Dunja Krause e Edouard Morena

Introdução

Este artigo centra-se na possibilidade de “transição justa” no setor da saúde após a COVID-19. Analisando a transição justa a partir de dois aspetos, amplitude e profundidade, os autores analisam a situação atual nos Estados Unidos para propor quatro tipos de políticas de transição justa – status quo, reformas administrativas, reformas estruturais e políticas transformadoras. A pandemia pôs em evidência as desigualdades na segurança e saúde no trabalho (SST) no sector da saúde. Trata-se de uma questão técnica de SST ou de uma questão de saúde social e ambiental mais ampla? O debate continua a dividir trabalhadores, empregadores e administradores, mas está a tornar-se evidente que a SST é também uma questão de saúde ambiental.

Principais conclusões

- ▶ As transições variam mesmo quando impulsionadas por forças comuns como a automação.
- ▶ Uma transição justa para a saúde não deve ser separada de um projeto mais abrangente de transição eco-social. É possível que uma política seja ampla ao ponto de abranger todas as pessoas e a natureza afetadas, sendo ao mesmo tempo socialmente inigualitária e ecologicamente prejudicial.
- ▶ Embora os setores “sociais” contribuam para o desenvolvimento das crises ecológica e climática, eles também desempenham um papel importante na mitigação e adaptação àquelas. Transições ecológicas nos Serviços, incluindo setores específicos como saúde, cuidados e educação, provocam profundas alterações na energia e na indústria transformadora.
- ▶ As respostas à pandemia combinam políticas globais limitadas com políticas nacionais. As desigualdades Norte-Sul no acompanhamento, gestão e recuperação da pandemia são muito acentuadas, no entanto, há fortes indícios de que os países mais pobres podem desenvolver sistemas de saúde locais eficazes.
- ▶ Deixar o setor dos cuidados de saúde fora de uma transição justa seria deixar de fora uma parte substancial e crescente do mundo do trabalho. Privilegiar uns em detrimento de outros gera ressentimento e oposição.
- ▶ A força de trabalho no setor da saúde é diversificada, com muitas mulheres e imigrantes que não estão sindicalizados nem organizados e não beneficiam de normas adequadas de saúde e segurança no trabalho, de proteção social ou de direitos no local de trabalho.

- ▶ É necessária uma “transição justa para o futuro” rumo a uma mão-de-obra mais protegida e habilitada, bem como uma “transição justa do passado” para aqueles cujo emprego será afetado pelas inovações tecnológicas ou pela socialização dos cuidados de saúde.

O papel dos sindicatos

- ▶ Embora o diálogo social eficaz dê mais voz aos mais fracos, o diálogo sem a possibilidade de alguma redistribuição converte a voz numa formalidade. Deixar o setor dos serviços fora da estratégia de transição justa significa excluir alguns dos elementos mais vibrantes e importantes do mundo do trabalho e, conseqüentemente, estreitar e enfraquecer as alianças necessárias para alcançar transições justas para todos.
- ▶ Mesmo entre aqueles que são sindicalizados há uma necessidade de um diálogo social mais forte (por exemplo, o debate sobre se o pessoal da linha da frente que lida com pacientes COVID-19 é mais vulnerável à infecção, ou pessoal que trabalha com procedimentos de emergência).
- ▶ As organizações de trabalhadores devem escolher entre programas de transição setoriais e, em grande medida ad hoc, e políticas de transição justas abrangentes e proativas. Essas políticas exigirão um grande esforço inicial, mas serão suscetíveis de produzir mais resultados a longo prazo.

Políticas macroeconômicas para o crescimento e a recuperação orientadas para o emprego na sequência da pandemia da COVID-19, com ênfase na África subsariana

Mohammed Mwamadzingo, Michael U. Akuupa, e Lawrence N. Kazembe

Introdução

Embora as perspectivas para a economia mundial sejam incertas, prevê-se que, em especial, os países em desenvolvimento, sofram perdas substanciais de produtividade e invertam os ganhos per capita do PIB, deixando um legado duradouro de crescente aumento da pobreza das famílias. São necessárias estratégias de política macroeconômica adequadas para criar emprego, bem como respostas para manter e proteger os meios de subsistência. Apresentando diferentes cenários macroeconômicos com foco na África Subsaariana (SSA), este artigo identifica as principais áreas em que o apoio político será necessário a curto prazo para apoiar a recuperação e enfrentar as cicatrizes a longo prazo da crise. Uma abordagem mais holística da promoção do emprego é essencial e exige políticas de emprego que incluam e vão além das políticas do mercado de trabalho.

Principais conclusões

- ▶ Medidas rigorosas para conter a propagação do vírus conduziram a perturbações na oferta de mão-de-obra, na produtividade e no consumo, com consequentes quedas graves do crescimento económico, aumentos acentuados do desemprego e quedas do tempo de trabalho. O teletrabalho, em crescimento nas economias desenvolvidas, não é uma resposta viável para todos.
- ▶ Com situações orçamentais enfraquecidas que condicionam severamente as medidas de apoio governamental em muitos países, são necessárias reformas ambiciosas, mas muitos países não dispõem de instrumentos financeiros, monetários e sociais suficientes para as respostas imediatas e a longo prazo necessárias.
- ▶ Políticas que são simplesmente orientadas para o crescimento, que funcionaram para as economias desenvolvidas, não conseguiram criar emprego produtivo na ASS. Prosseguir com as mesmas políticas manterá os mesmos resultados medíocres em termos de emprego nas próximas décadas.
- ▶ Abordar os fundamentos da criação de emprego implica políticas para promover:
 - emprego direcionado através de incentivos fiscais, monetários e financeiros, incentivando a industrialização e utilizando as Políticas Ativas do Mercado de Trabalho;
 - o importante papel do setor público, das empresas sustentáveis (incluindo a economia social e solidária) e das PME;
 - apoio setorial, tanto a curto como a longo prazo;
 - acessibilidade e inclusão no trabalho; e
 - proteção social
- ▶ É essencial a coordenação conjunta entre os responsáveis pelo desenvolvimento nacional, educação e formação, pelas transições demográficas, políticas salariais e legislação laboral, negociação coletiva para a proteção social e empregos dignos, políticas económicas e sociais, e pelas políticas e instituições do mercado de trabalho.

O papel dos sindicatos

- ▶ As organizações de trabalhadores devem continuar a colaborar com os governos e as organizações patronais em todas as fases da formulação e implementação das políticas económicas.
- ▶ As organizações de trabalhadores terão de defender um contrato social e ações concertadas entre todas as partes interessadas, para que os efeitos das políticas possam ultrapassar a atual crise.

Os sindicatos do Sudeste Asiático respondem à pressão da COVID-19

Michele Ford e Kristy Ward

Introdução

Ao proteger os trabalhadores durante a COVID-19, os sindicatos do Sudeste Asiático enfrentaram desafios especiais, incluindo hostilidade, desemprego e subemprego, bem como a demografia rural de muitas trabalhadoras e trabalhadores na região. Neste artigo, os autores examinam a luta dos Sindicatos do Sudeste Asiático pela sobrevivência durante a pandemia, o seu envolvimento com governos, locais de trabalho e membros, e as suas oportunidades e desafios na fase pós-COVID.

Principais conclusões

- ▶ Os sindicatos lutaram para convencer os governos e os empregadores a proporcionar proteção no local de trabalho e segurança social àqueles que dela necessitavam, nalguns casos, ao mesmo tempo que sofreram um rápido declínio no número de membros como consequência das perdas de emprego em grande escala causadas pela COVID-19. Em vários países, os seus esforços para proteger os membros foram dificultados por tentativas por parte dos empregadores - e de alguns governos - de minar os direitos dos trabalhadores.
- ▶ O envolvimento dos sindicatos do sudeste asiático com os governos, locais de trabalho e os seus membros registou alguns sucessos e outros fracassos. Os êxitos incluem nomeadamente os dos sindicatos do setor da construção no Camboja nas negociações com o Governo sobre a cobertura dos trabalhadores informais; em Singapura, contribuindo para conter a propagação do local de trabalho da COVID-19 através da introdução de novas medidas para proteger os trabalhadores durante as mudanças de tripulação, sem sobrecarregar os que viajavam de países designados de baixo risco com longos períodos de isolamento ou quarentena; e no Vietname, onde os sindicatos trabalharam com os empregadores para garantir o acesso dos trabalhadores a medidas de proteção, tais como máscaras, instalações de lavagem de mãos e higienizadores, muitas vezes através de comités sindicais de gestão conjunta ou *taskforces*. No entanto, os esforços dos sindicatos não conseguiram impedir a aprovação de legislação desfavorável na Indonésia, nem pôr termo aos despedimentos e às alterações aos contratos na indústria das companhias aéreas tailandesas;
- ▶ Alguns sindicatos conseguiram encontrar novas formas de apoiar os seus membros; e a pandemia expôs áreas de operações sindicais que exigem mudanças se quiserem prosperar no mundo pós-COVID-19.

- ▶ Com exceção de Singapura, Brunei e Malásia, os países do sudeste asiático têm populações rurais e mão-de-obra no setor informal relativamente grandes, e proporções relativamente baixas de empregados assalariados. Muitos têm também níveis elevados de subemprego e desemprego.
- ▶ Muitos países estão altamente integrados em cadeias de fornecimento globais, especialmente na produção intensiva em mão-de-obra, que foi afetada por disrupções sob a forma de encomendas canceladas e disponibilidade reduzida de fatores de produção.
- ▶ O impacto destas disrupções foi exacerbado pelos baixos níveis de proteção social, que tornaram ainda mais vulneráveis ao impacto da pandemia nas economias dos seus países quer os trabalhadores do setor informal quer aqueles que perderam os seus empregos no setor formal.
- ▶ Há vários fatores que desempenham um papel na conceção das respostas sindicais à COVID-19, nomeadamente: níveis elevados de emprego informal em alguns países com inúmeros locais de trabalho do setor formal pouco ou nada sensibilizados pelos requisitos regulamentares, conduzindo a uma cobertura sindical limitada; saber se os sindicatos podem operar sem controlo governamental ou patronal; e se dependem de apoio internacional.

O papel dos sindicatos

- ▶ A pandemia confirmou o potencial das tecnologias digitais não apenas para a comunicação entre funcionários e membros do sindicato, mas igualmente para a prestação de serviços, incluindo benefícios para o consumidor e desenvolvimento profissional. Devido às restrições impostas, os sindicalistas foram forçados a familiarizar-se melhor com as tecnologias digitais, além das redes sociais, e melhor equipados para as utilizar no envolvimento com os seus sindicatos. Os sindicatos dos professores estiveram na vanguarda deste movimento, embora a adoção de plataformas de ensino em linha tenha representado um grande desafio para muitos professores com baixos níveis de literacia digital, apesar dos seus elevados níveis de educação formal. As respostas dos sindicatos à pandemia revelaram até que ponto a atividade estratégica pode ser exercida, mesmo em circunstâncias muito difíceis.
- ▶ Alguns aspetos das operações sindicais limitam a sua capacidade na salvaguarda dos interesses dos seus membros. Entre estes encontram-se os desafios que os sindicatos enfrentam para convencer os governos a ter em consideração os trabalhadores na determinação das políticas públicas; para manter a filiação num momento de perda maciça de empregos; e para assegurar que as suas operações internas e estruturas de governação funcionam de modo a viabilizar respostas rápidas e eficazes a problemas inesperados, bem como a desafios a mais longo prazo e mais estruturais.

Desigualdade de género durante a pandemia: perspetivas das mulheres trabalhadoras na América Latina e no Caribe

Maria Bastidas Aliaga

Introdução

Este artigo procura informar sobre o debate relacionado com o impacto desigual da pandemia da COVID-19 em homens e mulheres na região da América Latina e Caraíbas (ALC). Centrando-se nas condições de trabalho das mulheres, no aumento do trabalho não remunerado, no aumento da violência contra as mulheres e nos efeitos do teletrabalho, recomenda prioridades para abordar estas questões aos governos, às organizações patronais e de trabalhadores, incluindo contribuições de mulheres trabalhadoras e de representantes sindicais de 13 países.

Principais conclusões

- ▶ Estima-se que ainda mais 47 milhões de mulheres e raparigas irão cair na pobreza extrema devido à pandemia, elevando o total para 435 milhões e invertendo os progressos que permitiram avançar na igualdade de género e obstruindo os esforços para alcançar o Objetivo 5 dos ODS.
- ▶ As normas culturais e a distribuição de papéis têm conduzido as mulheres e as raparigas a suportarem uma carga mais pesada de trabalho de cuidados não remunerado do que os homens.
- ▶ As mulheres são principalmente ativas nos setores economicamente mais vulneráveis à pandemia – incluindo o comércio, o turismo e a hotelaria, bem como nas instituições de saúde – mas ocupam desproporcionadamente menos cargos de liderança, seja em hospitais ou em organismos governamentais. Na maioria das vezes trabalham em mercados de trabalho segregados, inferiores e com maior precariedade, o que diminui os recursos económicos de que necessitam para enfrentar a crise atual. Esta precariedade tem aumentado durante a pandemia da COVID-19.
- ▶ A divisão do trabalho em função do sexo aumentou a exposição das mulheres ao vírus. As mulheres constituem uma grande parte dos trabalhadores da linha da frente que responderam à crise de saúde da COVID-19, especialmente nos cuidados de saúde e trabalho social, mas também nos cuidados infantis em creches, cuidados a adultos em lares de idosos, serviços sociais, limpeza e casas particulares (trabalho doméstico remunerado), entre outros cenários. A exposição viral é elevada nestas linhas de trabalho devido ao contacto social que implicam. Dados revelam que 75% dos trabalhadores de saúde infetados são mulheres, muitas das quais afirmam que a falta de protocolos apropriados e de equipamento de proteção pessoal adequado foi responsável pela sua infeção com o vírus, que mais tarde transmitiram aos membros da família.

- ▶ Muitas empresas impuseram o teletrabalho sem estabelecer regras ou condições satisfatórias para esta modalidade de trabalho. Por conseguinte, as condições reais de teletrabalho têm aumentado a carga de trabalho das mulheres.
- ▶ O género e a violência doméstica na região aumentaram durante a pandemia, e o isolamento reduziu a capacidade de obter proteção. A violência e o assédio no local de trabalho enfrentados pelos profissionais de saúde, a maioria dos quais são mulheres, também aumentou durante a pandemia.

O papel dos sindicatos

- ▶ A pandemia teve um impacto diferente em homens e mulheres nos sindicatos, intensificando a desigualdade de género já existente nestas organizações, uma vez que as mulheres sindicalistas foram forçadas a suportar maiores cargas no seu triplo papel de donas de casa, trabalhadoras e membros de sindicatos. Isto por vezes corroeu a sua saúde física e mental.
- ▶ São necessárias medidas inovadoras destinadas a alcançar a igualdade entre homens e mulheres nos sindicatos, reforçando a capacidade de integrar novos grupos de trabalhadores. A Confederação Sindical dos trabalhadores das Américas (CSA) apela à extensão da cobertura aos trabalhadores em ambientes informais e precários.
- ▶ Mulheres sindicalistas de vários países da ALC apresentaram várias recomendações, nomeadamente:
 - Reforma abrangente do sistema de segurança social, incluindo trabalhadores domésticos, informais e migrantes em programas sociais; regulamentar o teletrabalho, tomando em consideração o trabalho de prestação de cuidados.
 - Continuar a informar os seus constituintes sobre a evolução social e laboral no país, e treiná-los em normas de biossegurança com apoio tecnológico.
 - Continuar a aconselhar e a defender os direitos dos trabalhadores nos tribunais do trabalho.
 - Adotar medidas contra a violência e discriminação de género, e fazer campanha para a ratificação da Convenção (N.º 190) da OIT sobre Violência e Assédio no mundo do trabalho, de 2019.
 - Assegurar a capacitação e responsabilização dos membros do sindicato, habilitando-os a lidar com novas estratégias do mercado de trabalho; e oferecer cursos de capacitação sobre a COVID-19.
 - Oferecer orientação aos empregados de empresas em linha; formar alianças com entidades governamentais e não governamentais para obter mais apoio aos membros dos sindicatos; e assegurar apoio técnico através da cooperação internacional.
 - Apoiar as mulheres trabalhadoras através da partilha de conhecimentos e conselhos sobre questões pessoais e profissionais.

- Assegurar que o apoio jurídico e o aconselhamento sanitário estão disponíveis para os profissionais de serviços de rede que trabalham no exterior ou são responsáveis pela manutenção, serviço ao cliente, ou apoio técnico para telefones fixos e telemóveis.
 - Elaborar e adotar acordos para: (a) manter os trabalhadores em casa até que as condições pandémicas sejam suficientemente seguras para um regresso ao local de trabalho; e (b) estabelecer procedimentos para esse regresso.
 - Identificar a discriminação contra trabalhadores migrantes, e continuar a perseguir as empresas que os exploram.
 - Abordar situações em que, o Estado apenas favoreceu a recuperação das empresas, colocando-as à frente da saúde, sem qualquer fundamento em documento elaborado com base numa proposta de diálogo social ou declaração de protesto.
 - Auxiliar e reconhecer a experiência das organizações de trabalhadores domésticos, que agiram solidariamente para prestar apoio, incluindo em questões de saúde mental, pobreza alimentar, e para assegurar formação em ferramentas online.
- No que diz respeito às mulheres trabalhadoras, as prioridades imediatas incluem:
- o reconhecimento do trabalho de prestação de cuidados não remunerado, explorando o seu potencial para criar oportunidades de trabalho digno, melhorando as condições de trabalho, e reconhecendo que as trabalhadoras domésticas têm os mesmos direitos que as outras;
 - redução e distribuição justa do trabalho de prestação de cuidados não remunerado entre homens e mulheres nos agregados familiares, governo, empresas e comunidade;
 - maior cobertura e eficácia da segurança social para as mulheres, especialmente as trabalhadoras domésticas e as trabalhadoras informais;
 - concessão de licença de maternidade, paternidade e outras licenças parentais; e
 - promoção de uma legislação mais justa que promova o empoderamento económico das mulheres.

Digitalizar, adaptar e inovar: desafios e oportunidades para os sindicatos em contexto de pandemia COVID-19 e de recuperação

Mohammed Mwamadzingo, Sylvester Kisonzo, e Naome Chakanya

Introdução

Este artigo explora os desafios emergentes para as organizações de trabalhadores que se cruzam com os défices nacionais de tecnologia digital e a crescente informalização, bem como o impacto da COVID-19. Embora com referência específica a África, estes desafios são geralmente aplicáveis em todo o mundo. As tecnologias digitais, especialmente as reuniões virtuais, ameaçam o modelo tradicional de relações laborais. O artigo sugere soluções e

recomenda medidas, argumentando que a adoção destas tecnologias pelos sindicatos proporciona oportunidades e benefícios que de outra forma poderiam não se concretizar através de reuniões físicas, conferências e interações.

Principais conclusões

- ▶ Em especial para os países em desenvolvimento, existem dois desafios principais ao trabalho em linha: a falta de acessibilidade e a falta de conectividade:
 - Custos elevados dos dados móveis nos países em desenvolvimento devido à falta de infraestruturas, ao elevado nível de tributação no setor móvel e à baixa concorrência no setor. Na maioria dos países africanos o custo de um gigabyte é superior a 1 dólar, demasiado caro para a maioria dos trabalhadores, tanto na economia formal como na informal.
 - As limitações das infraestruturas da Internet e os cortes constantes de energia em alguns países também provocam uma fraca conectividade.
- ▶ A pandemia aprofundou as disrupções no emprego e nos rendimentos numa altura em que os trabalhadores precisavam de estar mais envolvidos em linha. Os representantes sindicais dependem mais da ligação à Internet nos escritórios do que em casa, de modo que o encerramento dos escritórios durante os períodos de confinamento os limitou na ligação efetiva com os seus filiados.
- ▶ Trabalhar a partir de casa traz outros desafios para os representantes sindicais:
 - espaço limitado nas casas, conduzindo a uma performance e entrega subotimizadas, com dificuldade de fazer o seu seguimento;
 - falta de instalações de Internet de qualidade empresarial, com recursos limitados de gadgets inteligentes e financeiros para as longas ligações necessárias nas negociações;
 - falta de privacidade e proteção de dados, com potencial exposição a hackers;
 - desafios para as negociações de contratação coletiva: o agendamento de reuniões está sobretudo nas mãos dos empregadores, que podem silenciar ou não os oradores como entenderem e assim controlar a comunicação;
 - mal-entendidos de comunicação devido a uma menor “leitura” da linguagem e do tom corporal;
 - dificuldade acrescida de constituição de equipas e de coordenação;
 - maior dificuldade em gerir a educação e formação dos trabalhadores em linha; e
 - aumento da desigualdade baseada no género (e da violência) devido à maioria das tarefas domésticas, incluindo a escolarização das crianças em casa durante os períodos de confinamento, que são levadas a cabo por mulheres trabalhadoras adicionalmente ao seu trabalho, e que levam à perda de oportunidades de promoção;
- ▶ Existem igualmente oportunidades, nomeadamente o aumento do número de jovens filiados, alcançando uma audiência mais vasta, e aumentando a participação dos géneros nas atividades sindicais.

O papel dos sindicatos

A COVID-19 tornou mais evidente que os sindicatos necessitam de:

- ▶ Reconhecer a tecnologia de informação como uma força crítica para modelar a sua relevância no futuro e planejar estrategicamente para uma maior visibilidade das TIC nas estruturas sindicais.
- ▶ Escalar a sua interligação e solidariedade, mobilizando e unindo os trabalhadores em torno de exigências que desafiam as negatividades decorrentes das operações de capital global.
- ▶ Assegurar que as disposições para a digitalização e difusão da tecnologia sejam integradas em acordos de negociação coletiva e em estruturas de diálogo social no local de trabalho, tais como comissões de trabalhadores e conselhos de empresa.
- ▶ Desenvolverem as suas próprias aplicações e bases de dados acessíveis aos seus membros.
- ▶ Desenvolver e experimentar diferentes formas virtuais de comunicar e chegar a novos e mais jovens potenciais membros, a maioria dos quais estão agora em linha.
- ▶ Escalar a e-campanha e a e-mobilização dos filiados e não filiados (trabalhadores e cidadãos em geral), incluindo os trabalhadores da economia informal, através dos meios de comunicação social e outras plataformas em linha.
- ▶ Assumir a organização e criação de reuniões virtuais, especialmente para a negociação coletiva e educação dos trabalhadores.
- ▶ Empurrar para políticas que enraizem uma cultura de trabalho flexível onde os trabalhadores são incentivados a escolher livremente onde trabalhar.
- ▶ Recriar a educação e formação dos trabalhadores para serem compatíveis com a aprendizagem em linha.
- ▶ Continuar a apoiar a participação das mulheres em programas em linha e plataformas de comunicação social através do financiamento de *webinars* apenas para mulheres e outros programas que desafiam normas e sistemas patriarcais no sindicalismo.
- ▶ Envolver os governos para enfrentar o desafio da conectividade.
- ▶ Superar as restrições de custos por uma variedade de meios, incluindo o acesso a soluções de fonte aberta, opções de preços sem fins lucrativos, indivíduos com elevado património líquido, financiamento de apoio solidário e soluções de colaboração baseadas na nuvem, bem como pela criação de uma cultura de trabalho híbrida, digitalização de documentos e processos empresariais, e capacitação da força de trabalho sindical.

► COVID-19 e a Recuperação: o papel dos sindicatos na construção de um futuro melhor

► Diálogo Social



- **83%** dos sindicatos adotaram o diálogo social como resposta à pandemia, com cerca de **89%** envolvidos em consultas tripartidas.



- O diálogo social utilizado como meio de consenso entre trabalhadores e empregadores contribuiu para um aumento global de cerca de **26%** no número de afiliados.



- Para aumentar a adesão, os sindicatos têm de responder à pandemia utilizando todos os instrumentos do Diálogo social à sua disposição em todos os níveis de comunicação.

► Proteção social



- A crise deixou claro que um sistema de proteção social mais universal e inclusivo se encontra muito melhor preparado para enfrentar os choques

- Um quadro de segurança social de ciclo de vida e de vários níveis pode ajudá-los a estruturar a sua compreensão dos papéis e responsabilidades face ao Sistema Nacional de proteção social em geral, permitindo-lhes visualizar a forma como os seus próprios direitos se enquadram num quadro global centrado nos direitos.



- As organizações de trabalhadores podem prosseguir três eixos de ação potenciais:
 - Evitar o lobby contra a expansão a grupos não cobertos: é imperativo que os sindicatos evitem a oposição direta a reformas que introduzam prestações não contributivas aos que têm pouca ou nenhuma capacidade contributiva.
 - Investir na sensibilização para os princípios centrados nos direitos incorporados em sistemas inclusivos de segurança social.
 - Empenhar-se proativamente na prossecução de interesses comuns com base na coligação, dentro de um quadro de ciclo de vida.

► Lesões e doenças relacionadas com o trabalho e COVID-19



- Globalmente, os 1,7 mil milhões de pessoas que exercem a sua profissão no setor dos serviços são consideradas como populações de risco, uma vez que se podem tornar vetores de infeção para outros.



- Cerca de **14 por cento** dos casos de COVID-19 notificados à OMS estão entre os trabalhadores da saúde (em alguns países até 35 por cento). No entanto, diversos grupos profissionais são reconhecidos como estando em risco e não apenas as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde.



- Os sindicatos devem prestar especial atenção à preparação para novos perigos potenciais, incluindo novas pandemias globais e possíveis riscos profissionais decorrentes das novas tecnologias e das alterações climáticas, entre outros.



► Transição justa



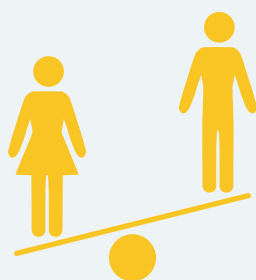
- Embora os setores «sociais» contribuam para o desenvolvimento das crises ecológica e climática, eles também desempenham um papel importante na mitigação e adaptação àquelas. Transições ecológicas nos Serviços, incluindo setores específicos como saúde, cuidados e educação, provocam profundas alterações na energia e na indústria transformadora
- As organizações de trabalhadores devem escolher entre programas de transição setoriais e, em grande medida ad hoc, e políticas de transição justas abrangentes e proativas. Essas políticas exigirão um grande esforço inicial, mas serão suscetíveis de produzir mais resultados a longo prazo.

► Políticas macroeconómicas



- Com situações orçamentais enfraquecidas que condicionam severamente as medidas de apoio governamental em muitos países, são necessárias reformas ambiciosas, mas muitos países não dispõem de instrumentos financeiros, monetários e sociais suficientes para as respostas imediatas e a longo prazo necessárias.
- A coordenação conjunta é essencial entre os responsáveis pelo desenvolvimento nacional, educação e formação, transições demográficas, políticas salariais e legislação laboral, pela negociação coletiva para a proteção social e empregos dignos, políticas económicas e sociais, e pelas políticas e instituições do mercado de trabalho.
- As organizações de trabalhadores terão de defender um contrato social e ações concertadas de todas as partes interessadas, para que os efeitos das políticas possam ultrapassar a atual crise.

► Desigualdade de género durante a pandemia



- Estima-se que ainda mais 47 milhões de mulheres e raparigas irão cair na pobreza extrema devido à pandemia, elevando o total para 435 milhões e invertendo os progressos que permitiram avançar na igualdade de género e obstruindo os esforços para alcançar o Objetivo 5 dos ODS.
- As normas culturais e a distribuição de papéis têm conduzido as mulheres e as raparigas a suportarem uma carga mais pesada de trabalho de cuidados não remunerado do que os homens.
- São necessárias medidas inovadoras destinadas a alcançar a igualdade entre homens e mulheres nos sindicatos, reforçando a capacidade de integrar novos grupos de trabalhadores. A Confederação Sindical dos trabalhadores das Américas (CSA) apela à extensão da cobertura aos trabalhadores em ambientes informais e precários.

► Digitalização



- Em especial para os países em desenvolvimento, existem dois desafios principais ao trabalho em linha: a falta de acessibilidade e a falta de conectividade:
- Existem igualmente oportunidades, nomeadamente o aumento do número de jovens filiados, alcançando uma audiência mais vasta, e aumentando a participação dos géneros nas atividades sindicais.
- Assegurar que as disposições para a digitalização e difusão da tecnologia sejam integradas em acordos de negociação coletiva e em estruturas de diálogo social no local de trabalho, tais como comissões de trabalhadores e conselhos de empresa.

COVID-19 e a Recuperação: o papel dos sindicatos na construção de um futuro melhor

2021 / Volume 10 / número 1-2

Dinâmica sindical no âmbito da COVID-19: o diálogo social importa?

Owidhi George Otieno, Dickson Onyango Wandeda, e Mohammed Mwamadzingo

Direitos dos trabalhadores e direitos humanos: resolução de tensões históricas através de uma agenda de segurança social multifacetada

Shea McClanahan e Alexandra Barrantes

Lesões e doenças profissionais e a COVID-19

Jukka Takala, Sergio Iavicoli, Seong-Kyu Kang, Claudina Nogueira, Diana Gagliardi, e Jorma Rantanen

Rumo a uma transição justa para todos: lições da pandemia

Dimitris Stevis, Dunja Krause e Edouard Morena

Políticas macroeconómicas para o crescimento e a recuperação orientadas para o emprego na sequência da pandemia da COVID-19, com ênfase na África subsariana

Mohammed Mwamadzingo, Michael U. Akuupa, e Lawrence N. Kazembe

Os sindicatos do Sudeste Asiático respondem à pressão da COVID-19

Michele Ford e Kristy Ward

Desigualdade de género durante a pandemia: perspectivas das mulheres trabalhadoras na América Latina e no Caribe

Maria Bastidas Aliaga

Digitalizar, adaptar e inovar: desafios e oportunidades para os sindicatos em contexto de pandemia COVID-19 e de recuperação

Mohammed Mwamadzingo, Sylvester Kisonzo, e Naome Chakanya

► Contact details

International Labour Organization
4, Route des Morillons
CH-1211 Geneva 22 – Switzerland

ILO's Bureau for Workers' Activities (ACTRAV)
Email: actrav@ilo.org